

Ensaio sobre a adoção da Teoria Institucional no estudo das práticas organizacionais ESG

RESUMO

O presente ensaio discute a aplicabilidade da Teoria Institucional (TI) como lente teórica base para as análises que permeiam as práticas organizacionais ESG. Com esse intuito, foram apontados os posicionamentos ontológicos suportados pela teoria bem como as questões epistêmicas que mediam os questionamentos por ela pautados, explicitando seu caráter multiparadigmático e as diversas possibilidades metodológicas que oferece. Argumentou-se quanto a complementariedade dessa abordagem em relação à pesquisa *mainstream* no campo da adoção e divulgação de práticas ESG. Essa se mostra essencialmente preocupada com relações de causa e efeito, ao passo que as questões suscitadas pela TI buscam entender o papel do contexto institucional na adoção, divulgação e, inclusive, dissimulação de práticas organizacionais, trazendo, geralmente, questionamentos dos tipos ‘qual?’, ‘como?’ ou ‘por quê?’. Embora recente, tal abordagem vem se consolidando internacionalmente. Questões sociais e de sustentabilidade já ocupam papel central nas pesquisas institucionais contemporâneas. Finalmente, reforçou-se a aplicabilidade da TI nos estudos de práticas ESG por meio da ilustração de trabalhos publicados na literatura internacional, delineando possibilidades de pesquisa. Espera-se que o debate aqui fomentado estimule a adoção da TI em pesquisas futuras que versem sobre a adoção de práticas ESG em organizações nacionais, promovendo o avanço do conhecimento na área.

Palavras – Chave: Teoria Institucional, ESG, Responsabilidade Social Corporativa.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as organizações vêm se adaptando às novas dinâmicas de interação e demandas sociais que lhes são impostas. A crescente pressão concernente ao modelo capitalista de atuação empresarial vigente e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente tem despertado o interesse de acadêmicos e especialistas no que tange às vantagens e desvantagens da adoção de medidas voltadas à redução ou extinção dos efeitos nocivos oriundos da própria atividade empresarial (Murugesan, 2010). Estas medidas se relacionam ao nível de responsabilidade social corporativa (CSR) e seus pilares ambiental, social e de governança, também conhecidos como práticas ESG (*environmental, social and governance*).

O aumento da desigualdade social associado aos recorrentes desastres naturais causados pela intervenção humana na natureza e a evidenciação de seus efeitos sobre o planeta e especialmente sobre os negócios reforçou o interesse do mercado em investimentos classificados como ESG. Tal fenômeno resultou em uma demanda crescente por dados, rankings e avaliações, os quais costumam ser aceitos sem questionamentos por investidores, acadêmicos e até mesmo por órgãos reguladores (Abhayawansa & Tyagi, 2021).

Seguindo a tradição funcionalista dos estudos acadêmicos que tratam da CSR no campo das ciências sociais aplicadas, sobretudo nas áreas de negócios, administração e contabilidade, os trabalhos voltados à análise de práticas ESG tendem a adotar metodologias orientadas à análise da geração de valor financeiro oriunda dessas práticas (ECCLES; LEE; STROEHLE, 2020). Consequentemente, a investigação a respeito do uso de conceitos relacionados à performance não financeira, as quais assumem as práticas ESG como resultado de construções sociais, acabam relegadas ao segundo plano. Ao abordar a crescente preocupação das organizações com questões sociais, Du, Bhattacharya e Sen (2010) afirmam que, em termos

práticos, tal preocupação não se deve a posicionamentos ideológicos, mas sobretudo pelos retornos comerciais multifacetados que as empresas podem colher de seus esforços.

Não é de se estranhar, portanto, que em um mundo onde interesses de investidores e do cada vez mais imponente mercado de capitais predomine, estudos venham focando majoritariamente na avaliação dos retornos financeiros ou de capitais oriundos das práticas ESG. Em linhas gerais, esses estudos acabam assumindo duas posições antagônicas: a primeira, fundamentada pela teoria da valorização, defende que a integração entre atividades socialmente responsáveis e as estratégias empresariais resultam na criação de valor aos acionistas no longo prazo (Maignan, 2001). A segunda, com base na teoria das despesas do acionista, defende que investimentos socialmente responsáveis aumentam os custos empresariais, gerando desvantagens econômicas, reduzindo, conseqüentemente, o valor de mercado das organizações (Marsat & Williams, 2014).

Assim, entende-se nesse ensaio como *mainstream* das pesquisas organizacionais voltadas à implementação, desenvolvimento e divulgação de práticas ESG os trabalhos que adotam perspectivas fundamentalmente mercadológicas, e que, portanto, buscam associar tais práticas a determinados aspectos financeiros, como por exemplo melhoras (ou piores) em índices de rentabilidade (López-Toro et al., 2021) ou geração de retornos anormais (Kang et al., 2021).

Interessante notar que por desconsiderar que as práticas ESG estão imbuídas de valores sociais e que esses valores em alguma medida influenciam não só o nível do comprometimento organizacional para com essas práticas, mas também a resposta da sociedade ou mais especificamente do meio institucional aos esforços empreendidos por empresas responsáveis social e ambientalmente, a literatura *mainstream* ainda não foi capaz de chegar a resultados que consistentemente suportem os efeitos da adesão e divulgação das práticas organizacionais ESG sobre os resultados financeiros das empresas ou mesmo sobre a repercussão dessas práticas na formação de preços no mercado de capital.

Mesmo que nas ciências sociais deva-se aceitar que resultados de diferentes pesquisas poderão variar, tornando difícil a generalização plena (Laville & Dionne, 1999) e que autores como Miralles-Quirós et al. (2018) fundamentem essa falta de alinhamento de resultados em distinções político-geográficas, sobretudo em países em desenvolvimento, o desenvolvimento e disseminação de teorias absolutamente antagônicas dentro do mesmo espectro paradigmático, caso das teorias da criação de valor e das despesas do acionista, reforça a existência de dificuldades que impedem o avançar do entendimento acerca desses efeitos.

Ainda incipiente no Brasil, a diminuta discussão acadêmica local que permeia as práticas organizacionais ESG têm se debruçado basicamente sobre as mesmas questões e apresentado as mesmas inconsistências verificadas em estudos internacionais (Miralles-Quirós et al., 2018). Fernandes e Linhares (2018), por exemplo, afirmam que no Brasil investimentos ESG representam a melhor escolha para investidores, pois apresentam maiores retornos e menores risco. Por outro lado, Lopes et al. (2017) não encontraram relação entre o *disclosure* socioambiental e aumentos de ganhos financeiros no mercado brasileiro.

Face à centralidade e abrangência do tema, defende-se que novas possibilidades ontológicas e epistêmicas sejam exploradas, ampliando o debate e possibilitando novos entendimentos dos fatores intrínsecos às práticas ESG. Isso porque, assumir que tais práticas decorrem do puro pragmatismo financeiro tende a culminar em um reducionismo exagerado a respeito das motivações e pressões institucionais que permeiam as práticas empresariais. Por outro lado, a crença inquestionada em intenções altruístas e genuínas quanto à reforma do modelo econômico e produtivo atual, levando à adoção de um novo modelo que propicie

prosperidade para muitos e não apenas para alguns privilegiados, pode soar demasiado ingênuo, conforme apontam Beber e Rangel (2020).

Tal proposição, de maneira alguma visa apontar deméritos no desenvolvimento das pesquisas *mainstream*, a contrário, busca-se aqui refletir a respeito dos potenciais benefícios que poderão advir do uso de lentes teóricas alternativas, inclusive para o aprofundamento do debate que permeia as próprias pesquisas *mainstream*.

Nesse sentido, argumenta-se a favor da adoção de uma lente teórica embasada pela Teoria Institucional (TI) como base para análises das práticas organizacionais ESG, a qual por permitir uma análise focada nas pressões institucionais que levam à construção social de mitos racionalizados que posteriormente são codificados e normatizados (Meyer & Rowan, 1977) e nas respostas das organizações a essas pressões, é capaz de trazer à superfície novos questionamentos e possibilidades em termos da construção do conhecimento.

Embora a atenção dada a essas questões no âmbito das ciências sociais aplicadas esteja longe de competir em condições de igualdade com o *mainstream* da pesquisa ESG, a abordagem aqui sugerida vem ganhando espaço na literatura internacional, assumindo papel central dentre pesquisas institucionais teóricas e empíricas. Como bem colocam Greenwood et al. (2017), se há uma área que distingue a pesquisa institucional nos últimos anos de suas tendências históricas, é a atenção dada às consequências das pressões institucionais. Para os autores, atualmente, resultados sociais concretos e significativos relacionados à discriminação racial, desigualdade, corrupção organizacional e sustentabilidade ambiental ocupam um espaço antes destinado a problematizações puramente abstratas.

Em termos práticos, a adoção da Teoria Institucional como lente teórica base de pesquisas voltadas ao estudo das práticas organizacionais ESG traz consigo múltiplas possibilidades de posicionamento ontológico, epistemológico e metodológico. Lin, Fu e Fu (2021) utilizaram a TI para examinar o impacto dos diferentes modos de capitalismo de Estado sobre a inovação corporativa e o papel das práticas ESG nesse contexto. Em seu estudo os autores assumem a realidade social como estritamente objetiva e homogênea, mostrando-se receptiva à utilização de métodos quantitativos para gerar as respostas buscadas. Diferentemente, Jauernig e Valentinov (2019), desenvolveram um framework de escape à hipocrisia organizacional (*hypocrisy avoidance*). Sustentados por conceitos sociológicos e na ideia de dissociação trazida pela TI, os autores buscaram aprofundar o entendimento das discrepâncias entre as ações sociais divulgadas pelas empresas e suas ações sociais *de facto*. Aqui, ainda que os atores organizacionais permaneçam conectados pela noção de pressão institucional, as diferentes respostas emanam da heterogeneidade social que permeiam as práticas organizacionais.

Meyer (2017), aponta três abordagens distintas adotadas por pesquisadores institucionais: a realista ou funcionalista – que assume a sociedade como fruto de laços individuais formados por atores racionais e soberanos, a sociológica – que assume que o ambiente institucional é bem mais complexo do que uma simples conjunção de normas e estruturas, e que os atores são essencialmente controlados por esse contexto e, finalmente, a construtivista – que acredita que os atores não são simplesmente influenciados pelo ambiente institucional, mas são parte ativa e formadora desse próprio ambiente.

Essa abertura a múltiplos posicionamentos pode causar alguma estranheza ao leitor, posta a tradição funcionalista dos estudos iniciais que marcaram o institucionalismo desenvolvido nos anos 1980 e 1990. Peci (2006), por exemplo, argumenta que em função da visão reducionista dominante entre os estudos organizacionais, o construtivismo social e a etnometodologia, paradigmas oficiais do neo-institucionalismo, não costumam sustentar

pesquisas na área, muito em função do desalinhamento entre a teoria e a agenda empírica dos pesquisadores, os quais nem sempre seguem tais compromissos paradigmáticos. Mais recentemente, Wooten e Hoffman (2017) afirmaram que a adoção de diferentes paradigmas no contexto da TI ocorrido nos últimos anos aprofundou o entendimento do campo organizacional, sem, contudo, esgotar as possibilidades de entendimento a respeito de como processos que levam ao desenvolvimento e evolução institucional também contribuem com a erosão de problemas sociais como a desigualdade, mudança climática e violência de gênero.

Desse modo, este ensaio se propõe a apontar possibilidades ontológicas e epistemológicas oferecidas pela Teoria Institucional, bem como indicar, com base na literatura, possíveis caminhos para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as práticas ESG nas organizações brasileiras. Para tanto, além dessa introdução o presente trabalho divide-se em outras três seções. Na próxima seção são identificados os fundamentos da Teoria Institucional e discutida sua adequação como lente teórica base para estudo das práticas organizacionais ESG. A seguir são apresentados estudos internacionais recentes que exemplificam o uso da TI como plano de fundo às práticas ESG bem como são identificadas possíveis lacunas de estudo. Por fim, são expostas as considerações finais.

2. TEORIA INSTITUCIONAL

2.1. Fundamentos da Teoria Institucional

A Teoria Institucional constitui um dos principais arsenais teóricos usados para entender as organizações (Greenwood et al., 2008). Os fundamentos básicos dessa teoria remontam às pesquisas seminais de Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1977) no fim dos anos 1970, além de outras desenvolvidas no início dos anos 1980 (DiMaggio & Powell, 1983; Tolbert & Zucker, 1983).

O que aqui chamou-se de fundamentos básicos, refere-se aos conceitos desenvolvidos pelos autores pioneiros da TI. Ainda hoje, tais conceitos direcionam os interesses dos pesquisadores que se engajam em pesquisas científicas pautadas por essa teoria. Por trás dos fundamentos, reside a ideia básica de que o contexto institucional desempenha papel central nas decisões organizacionais (Meyer & Rowan, 1977). A definição do que vem a ser o contexto institucional é central, apresentando diferentes descrições. Em significação mais geral, o contexto, também chamado ambiente institucional, pode ser dito um conjunto de leis, normas e ideologias advindas da sociedade (Greenwood et al., 2008). Já Zucker (1983) define o contexto institucional como espécie de entendimento comum do que é visto como comportamento apropriado e significativo.

Assim, o foco inicial da Teoria Institucional residiu no papel das significações compartilhadas, prescrições culturais e conformidade institucional (Zucker, 1977). Foi exatamente por meio do desenvolvimento desses interesses aliados à assunção de racionalidade organizacional que Meyer e Rowan (1977) desenvolveram o conceito de mitos racionalizados, os quais podem, simplificada e, ser vistos como prescrições sobre condutas adequadas do ponto de vista institucional. Uma vez que esses mitos se difundem entre as organizações, estas tendem a se adequar às prescrições trazidas pelos mitos, adotando práticas isomorfas que sinalizam sua adequação social, conferindo-lhes legitimidade. É com base nessa ideia que provém o conceito de isomorfismo institucional, um dos fundamentos básicos da TI.

Para Scott (1987), é por meio dessa aparente racionalidade que as instituições evitam censuras sociais, minimizam demandas externas por prestação de contas e aumentam as chances de obterem os recursos necessários a sua sobrevivência. Em outras palavras, as organizações

adotam comportamentos isomórficos visando a obtenção de legitimidade de suas ações. A preocupação com a legitimidade é outro fundamento da TI.

Para os teóricos institucionais, a legitimidade é conceito central no estudo das organizações, pois influencia como essas se comportam, tendo sido demonstrado sua importância para a performance e sobrevivência organizacional (Pollock e Rindova 2003). Deephouse et al. (2017) conceituam a legitimidade como a adequação de uma organização a um dado sistema social. Ainda segundo os autores, a legitimidade é importante para a sobrevivência, performance financeira, escolhas estratégicas e obtenção de suporte por parte de *stakeholders*, sendo conferida por diferentes atores sociais, como por exemplo, o Estado, a mídia ou acionistas.

Por sua vez, quando as pressões institucionais contradizem as necessidades internas relacionadas à manutenção da eficiência técnica, as organizações se deparam com um paradoxo. Garantir a legitimidade e reduzir a eficiência ou resistir às pressões institucionais e agir de acordo com seus interesses operacionais? Boxenbaum e Jonsson (2008) explicam que em tais situações algumas instituições adaptam-se apenas de maneira aparente, sem, contudo, alterar suas práticas. Meyer e Rowan (1977) chamam tal comportamento de dissociação (*decoupling*), conceito que, juntamente com o isomorfismo institucional e a legitimação, compõe a base conceitual da TI.

Passadas mais de quatro décadas desde a publicação dos estudos fundacionais da TI, as pesquisas contemporâneas começam a se voltar de maneira mais incisiva para questões que permeiam as complexas relações sociais que conformam o contexto institucional. Um exemplo dessa evolução é a preocupação recente a respeito do efeito de pressões institucionais heterogêneas, fato que vem impactando o entendimento relacionado ao processo que leva à adoção de práticas isomorfas e dissociativas (Boxenbaum & Jonsson, 2017). No entanto, a evolução das pautas abordadas por teóricos institucionais segue sustentadas por sua base conceitual originária.

Figura 1. Interações no nível institucional



Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 1 apresenta de modo esquemático um modelo que exemplifica os tipos de interação que ocorrem no nível institucional. Embora na prática uma mesma organização comumente se engaje em distintas interações simultaneamente, a dinâmica explicitada pela figura 1 facilita o entendimento de como os fundamentos da TI afetam as práticas organizacionais.

Como se vê, em um ambiente institucional conformado por diversas organizações figuram valores sociais, regras e normas, também chamados de mitos racionalizados. Nesse contexto, buscando legitimidade para suas ações, a organização 2 adere aos mitos vigentes no contexto institucional. Em um segundo momento, dado o aumento da perpetuação de uma imagem de conformidade e legitimação alcançada pela organização 2, a organização 1 passa a copiar as suas práticas, engajando-se em uma espécie de comportamento isomorfo (mimetismo), a fim de também legitimar suas ações. Por fim, ao deparar-se com os mesmos conflitos enfrentados por seus pares, a organização 3 percebe que os mitos racionais impostos pelo contexto institucional não se adequam aos seus interesses em termos de eficiência. Assim, essa adere superficialmente, aos mitos, afirmando sua legitimidade e ao mesmo tempo dissociando discurso e prática. Em casos como esse, é, inclusive, possível que a organização adote novas estruturas formais, sem, entretanto, alterar suas práticas (Boxenbaum & Jonsson, 2017).

2.2. Teoria Institucional e Práticas ESG

Conforme defende Lacey (2008), o objetivo da ciência é sintetizar confiável e racionalmente as possibilidades de um domínio de objetos, sobretudo as possibilidades franqueadas a um objeto que somente pode ser descrito dentro dos seus contextos social, humano e ecológico. Ao vislumbrar-se somente os efeitos financeiros oriundos das práticas ESG, descontextualizando seus parâmetros de adoção e mais, assumindo que a mera externalização de tais práticas implica sempre em um comprometimento genuíno com questões sociais e ambientais por parte das organizações, impõe-se limites ao avançar do conhecimento, impedindo o desenrolar de novos entendimentos, perpetuando assim rasas e descontextualizadas discussões. Dada a importância da temática, não só para academia, mas antes de tudo, para a sociedade, parece evidente que tal cenário deva mudar.

Considera-se, portanto, adequado o uso da TI como lente teórica a ser utilizada em estudos sobre práticas organizacionais ESG, posto que o foco ontológico da Teoria Institucional é sobre a aceitação gradual e generalizada de ideias e práticas de tal forma que elas se tornem tidas como certas (Jennings & Hoffman 2017). Em termos práticos, esse foco permite que pesquisadores com distintas visões de mundo recorram ao uso da TI, desde aqueles que enxergam a realidade como existente independentemente dos significados atribuídos pelos atores sociais (paradigma funcionalista), até aqueles que veem a realidade social como subjetiva e fruto das significações atribuídas pelos atores (paradigma sociológico) ou como uma construção oriunda da interação dos atores sociais (paradigma construtivista). Talvez por apresentar tamanho ecletismo é que a TI deva ser vista como uma teoria que conduz à expansão e exploração de diversas questões que permeiam as práticas organizacionais.

O exame da legitimidade, por exemplo, confere poderosos argumentos a respeito dos motivos que direcionam a adoção de práticas ESG nas organizações. Escândalos empresariais tendem a desafiar a legitimidade das empresas, especialmente no cenário moderno onde a difusão de informações ocorre em tempo real, fazendo com que cada vez mais essas se preocupem com seu alinhamento institucional. Pesquisas recentes afirmam o papel de distintos atores como fontes de legitimidade, dentre os quais destacam-se os movimentos sociais (Greenwood et al., 2017), abrindo possibilidades de estudos a respeito da influência desses grupos no processo de adoção de práticas sociais e ambientais responsáveis.

Organizações envolvidas em desastres naturais, por exemplo, tendem a reforçar a divulgação de suas práticas sociais e ambientais a fim de recuperar a legitimidade perdida e consequentemente reduzir o escrutínio social do qual se tornaram sujeitas. Tais companhias oferecem oportunidades para análises a respeito de como o desalinhamento entre as práticas

organizacionais e os valores sociais e ambientais prezados pela sociedade afetam as organizações, sobretudo em se tratando das dificuldades que se colocam diante dessas empresas em sua busca por redenção institucional (recuperação da legitimidade). Além disso, as próprias mudanças sociais e regulatórias, normalmente encampadas pelos movimentos sociais alteram os critérios pelos quais a legitimidade de uma empresa é avaliada, punindo as empresas que demorem a adotar os novos valores institucionais presentes no contexto em que operam (King & Soule, 2007), motivo pelo qual as dinâmicas que pautam as mudanças institucionais devem ser examinadas de perto por pesquisadores da área.

Lançar um olhar para as práticas ESG através da lente da Teoria Institucional leva a mudanças no foco epistêmico dos pesquisadores. Deixa-se de lado questões do tipo ‘SE/ENTÃO’ (por exemplo: SE práticas ESG são divulgadas, ENTÃO o preço das ações da companhia sofre alterações?) para questões do tipo ‘POR QUÊ’ (por exemplo: POR QUE empresas se engajam em maior ou menor grau em questões sociais ou ambientais?). Ao recorrer à Teoria Institucional para avaliar o peso das pressões institucionais e as respostas organizacionais em busca de legitimidade, o pesquisador além de expandir o horizonte da análise, complementa as respostas buscadas pelas pesquisas *mainstream*, pois, defende-se que por meio do entendimento dos ‘PORQUÊS’ também se pode complementar o entendimento da lógica que permeia as questões do tipo ‘SE/ENTÃO’. Isto não é difícil de visualizar, posto que estudar o processo de legitimação requer conhecimento dos valores sociais que permeiam o contexto institucional em que a organização se insere e que tendem a refletir em parte os valores de seus *stakeholders*. Portanto, o conhecimento desses valores serve, ao menos parcialmente (visto que outros fatores influenciam a formação de preços no mercado), à explicação dos impactos financeiros oriundos da divulgação de práticas ESG.

Da mesma forma, estudos voltados à adoção de práticas isomórficas possuem o potencial de desvelar o ‘PORQUÊ’ de, na busca por legitimidade, determinadas práticas tendem a se difundir expressivamente, enquanto outras, também socialmente alinhadas às expectativas institucionais, não recebem a mesma atenção por parte das organizações. A própria natureza do ‘PORQUÊ’ aqui explicitado leva também à necessidade de identificação dessas práticas (questão do tipo ‘QUAL’) e de exploração do processo de difusão das práticas ESG, permeado por questões do tipo ‘COMO’. Estudar o isomorfismo nesse contexto é trazer à tona as pressões institucionais que levam à homogeneização das práticas ESG. Boxenbaum e Jonsson (2008) apontam a existência de três tipos de pressões que levam ao isomorfismo, são elas as pressões coercivas, miméticas e normativas. Para o pesquisador, compreender o papel de cada uma dessas pressões sobre a difusão de novas práticas empresariais ambiental e socialmente responsáveis é o que o aproximará dos ‘PORQUÊS’ até então encobertos.

As pressões coercivas resultam de relações de poder e políticas, onde a adoção de determinada prática visa evitar sanções ou ainda garantir o acesso da organização a determinados recursos, como financiamentos governamentais (DiMaggio & Powell, 1983). Pressões miméticas tendem a emergir em condições de incerteza, fazendo com que organizações imitem as práticas de seus pares vistos como bem sucedidos ou influentes (Palmer et al., 1993). Já as pressões normativas estão relacionadas à visão geral do que é certo, se relacionando em alguma medida com a noção de dever moral (Suchman, 1995).

Conquanto a pressão coerciva certamente desempenhe papel importante na difusão de práticas sociais e ambientais isomórficas, é na análise das pressões normativas que parece residir o maior potencial a ser explorado por pesquisadores institucionais interessados nas práticas organizacionais ESG. Desvios dos caminhos vistos socialmente como corretos podem levar a consequências mais devastadoras que eventuais sanções regulatórias. Segundo Greenwood et al. (2017), atualmente, um único post negativo no Facebook ou no Twitter pode

gerar grandes problemas de legitimidade, mesmo para as organizações mais tradicionais e bem estabelecidas.

Sob a tutela da TI, pesquisadores também poderão verificar como pressões institucionais heterogêneas, como as pressões normativa e coercitiva, se chocam com os objetivos internos das organizações como a busca pela eficiência e pelo lucro. Na prática, tal confronto pode culminar em um cenário disruptivo onde discurso e prática divergem (Boxenbaum & Jonsson, 2008). Se é a aprovação institucional que garante a legitimidade e se essa é alcançada por meio de práticas isomórficas, é possível que organizações se vendam como alinhadas aos valores institucionais, sem, entretanto, mudar suas práticas. O ‘PORQUÊ’ nesse caso já está posto, cabendo ao pesquisador buscar respostas do tipo ‘COMO’ (por exemplo: COMO empresas dissociam a divulgação de suas práticas ESG de suas práticas *de facto*?) ou ‘QUAL’ (por exemplo: QUAIS benefícios derivam da dissociação entre discurso e prática ESG?).

Hazel e Brittany (2020), por exemplo, ao analisarem a prática de *greenwashing* em empresas na área de tecnologia da informação, verificaram que essas companhias não só escondem seus impactos ambientais como apresentam a si mesmas como participantes de soluções voltadas à mitigação de problemas ambientais. Se por um lado, a análise dos autores volta-se às implicações financeiras de tal prática, parece claro que a utilização do arsenal analítico provido pela TI poderá resultar em maior compreensão quanto à difusão de tal fenômeno.

Tabela 1. Pesquisa Mainstream x Teoria Institucional

	<i>Mainstream</i>	Teoria Institucional
Paradigma:	Funcionalista	Funcionalista Construtivista Etnometodológico
Questionamento:	"SE/ENTÃO"	"POR QUÊ" "COMO" "QUAL"
Métodos:	Essencialmente Quantitativos	Diversos

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 1 apresenta de maneira sintética as diferenças básicas que permeiam as pesquisas *mainstream* sobre as práticas organizacionais ESG e as possibilidades oferecidas pelo uso da Teoria Institucional. Obviamente, as possibilidades de análise levantadas ao longo dessa seção não são exaustivas e apenas delineiam caminhos, alguns dos quais já vêm sendo trilhados no âmbito internacional, discussão que será retomada na próxima seção. Deseja-se aqui unicamente ressaltar o potencial expansivo e inclusivo que o uso da TI traz para o contexto dos estudos das práticas ESG. A diversidade paradigmática, a multiplicidade e abertura dos questionamentos geram como implicação prática a possibilidade de adoção de múltiplos métodos de pesquisa, a depender dos objetivos do pesquisador e do design de pesquisa adotado, fato que somente tende a beneficiar a amplitude dos achados relacionados às práticas ESG.

3. ADOÇÃO DA TEORIA INSTITUCIONAL EM ESTUDOS EMPÍRICOS

Uma vez apresentados os fundamentos da Teoria Institucional bem como argumentos quanto a sua adequação como lente teórica base para análises de estudos sobre as práticas ESG

nas organizações, caberá a essa seção apresentar alguns exemplos de como a Teoria Institucional vêm sendo utilizada na literatura internacional recente que aborda práticas ESG. Dado o crescente uso dessa abordagem teórica no âmbito internacional, foram selecionados artigos publicados em periódicos relevantes nos últimos 5 anos, adequados ao propósito de exemplificar como muitas das respostas extraídas dos estudos realizados na área derivam naturalmente das questões que permeiam a TI (Tabela 1).

Cho et al. (2020) estudaram os efeitos gerados por pressões coercitivas oriundas de fundos de investimento femininos na promoção de práticas voltadas à promoção da igualdade de gênero na Coreia do Sul. Conforme afirmam Iannotta, Gatti e Huse (2016), a interação entre diferentes forças institucionais é um encorajador para que as organizações se adequem às expectativas sociais, o que explica que, no contexto de uma sociedade essencialmente machista como a Coreana (Cho et al., 2020), a perspectiva de acesso a novas fontes de recursos, como os fundos de investimento feminino, seja capaz de promover o impulso necessário à implementação de mudanças organizacionais. Para os autores, essas mudanças tendem a se difundir entre as organizações por meio do isomorfismo, produzindo assim uma alteração do próprio contexto institucional.

Apesar da visão otimista dos autores, maior investigação sobre a temática se faz necessária, pois embora o estudo confirme a ocorrência de mudanças estruturais nas organizações estudadas, há que se confirmar se tais mudanças foram acompanhadas por alterações reais nas práticas e valores organizacionais ou se apenas reproduzem as estruturas socialmente desejadas, sem influenciar as práticas *de facto*. Caso essas empresas tenham recorrido à dissociação, então dificilmente a mudança institucional prevista ocorrerá, fato que também poderá ser objeto de investigação.

Iluminados pela TI, Chantziaras et al. (2020) investigaram o efeito da religiosidade e da corrupção sobre a estratégia de divulgação voluntária de práticas relacionadas à responsabilidade social de bancos americanos. Seus achados mostraram que em contextos em que há maior religiosidade e os valores éticos e morais são mais valorizados, a propensão dessas empresas emitirem relatórios voluntários aumenta. Tal fato demonstra os efeitos dos valores sociais na construção de pressões normativas que impactam as práticas organizacionais. Ainda, de maneira mais específica, os autores verificaram que essas empresas tendem a imitar as melhores práticas de empresas locais, constituindo comportamento isomorfo, recorrendo posteriormente à divulgação de relatórios de responsabilidade social como forma de externar seu alinhamento aos valores institucionais e garantir assim a legitimidade de suas ações.

Já Matinheikki et al. (2017), desenvolveram um estudo de caso a fim de verificarem possibilidades de mudança no ambiente institucional por meio do desenvolvimento de uma visão voltada à criação de valor compartilhado para pessoas com deficiências. Embora os autores afirmem que a promoção da responsabilidade social não é tarefa de apenas uma empresa, eles reforçam que as organizações devem dar o primeiro passo, moldando a visão normativa do ambiente institucional. Posteriormente esta visão deve ser compartilhada com outros atores no nível organizacional para finalmente ser incorporada às bases socio-materiais que suportam as ações das empresas. Em suma, alterar as práticas institucionais vigentes a fim de gerar valores compartilhados requer a adoção de medidas radicais, configurando um processo que apresenta múltiplos desafios ao longo do caminho.

A análise desenvolvida pelos autores alinha-se a umas das preocupações modernas da Teoria Institucional, a saber, o papel dos diferentes atores organizacionais no processo de estabilização e mudança institucional. Para Greenwood et al. (2017), dada a ausência de homogeneidade no contexto institucional, compreender como vários atores se unem por meio

de uma espécie de endosso social para construir prescrições e proibições institucionais representa uma direção intrigante e importante para pesquisas futuras.

No contexto dos países em desenvolvimento, Kühn et al. (2018) investigaram como os ambientes político e socioeconômico influenciam a divulgação de relatórios de responsabilidade social em países da África Subsaariana. Os resultados indicam que embora fatores políticos e socioeconômicos influenciem a comunicação das organizações em relação às suas práticas sociais e ambientais, tal influência possui particularidades que devem ser consideradas. Na prática, organizações localizadas na África Subsaariana tendem a assumir responsabilidades relacionadas às comunidades locais, com foco em questões como educação e treinamento, saúde e desenvolvimento comunitário, bem como no bem-estar de jovens e crianças.

As especificidades dos países em desenvolvimento levam à existência de pressões institucionais distintas das enfrentadas por empresas localizadas em países desenvolvidos, onde as questões relacionadas ao meio ambiente e à igualdade social assumem papel central dentre os valores institucionais (de Abreu et al., 2015). Segundo de Abreu (2009), no Brasil, a melhora da performance ambiental das empresas se deve ao aumento do aparato coercitivo. Assim, apresenta-se a necessidade de profunda investigação quanto ao papel que pressões normativas vêm desempenhando não só na divulgação, mas também no desenvolvimento de ações *de facto*.

Embora recentemente Martins et al. (2021) tenham utilizando a Teoria Institucional, com foco na busca por legitimidade, para explicar a manipulação de relatórios empresariais e seus perigos e prejuízos gerados em termos de *accountability* bem como de distorções informacionais, é possível notar dentre os trabalhos exemplificados nessa seção alguns pontos em comum: a ênfase dada a divulgação de relatórios de práticas ESG e a baixa preocupação em termos de análises a respeito da prática de dissociação.

Acredita-se que tal característica ocorra em função de alguns fatores. Primeiramente é preciso considerar que a gestão da legitimidade depende fortemente da comunicação e que a comunicação entre as organizações e seus stakeholders se dá essencialmente por meio da divulgação de relatórios (Martins et al., 2021). Somam-se a isso questões práticas relacionadas às dificuldades inerentes à observação das práticas organizacionais *de facto*. Argumenta-se que estudos que busquem analisar o processo de dissociação entre divulgação e prática ESG poderão se beneficiar da adoção de um paradigma etnometodológico, em que pese a grande exigência desse tipo de estudo em relação à disponibilidade do pesquisador, sobretudo durante processo de coleta de dados em campo, além das dificuldades relacionadas ao acesso à processos internos, muitas vezes não abertos ao escrutínio do pesquisador. A busca aqui será pela identificação da influência de pressões heterogêneas na autoconstrução de sentidos que tornem aceitável a prática da dissociação no contexto organizacional.

Em suma, algumas pesquisas lograram superar a simples vinculação das práticas ESG à busca por resultados financeiros no curto prazo, levando o debate ao nível dos “PORQUÊS” (Cho et al., 2020), provendo indícios de que pressões coercitivas desempenham papel importante no processo de adoção de práticas organizacionais socialmente conscientes. Já outros estudos vêm reforçando o papel das pressões normativas sobre decisões concernentes à divulgação de práticas ESG, fornecendo evidências a respeito da influência de atores alheios ao mercado financeiro nesse processo, abrindo possibilidades de análise que perpassam àquelas normalmente aplicadas no âmbito das teorias financeiras tradicionais (Chantziaras et al., 2020). O grande benefício desta abordagem reside no fato de a informação continuar sendo tratada como um ativo estratégico da empresa, sem, contudo, limitar sua utilização ao âmbito do mercado financeiro. Por outro lado, tal abordagem se beneficiaria de uma investigação quanto à fidedignidade das informações divulgadas, ou seja, se as empresas estão recorrendo à prática

de dissociação a fim de alinhar sua imagem às expectativas dos stakeholders sociais, sem, contudo, alterar seus processos.

Embora estudos recentes estejam se voltando à análise da dissociação (Martins et al., 2021), ainda predomina a busca por respostas do tipo ‘PORQUÊ’ (legitimação como resposta) ou ‘QUAL’ (QUAIS os benefícios oriundos da prática de dissociação entre divulgação e prática?), deixando em segundo plano questões do tipo ‘COMO’ (COMO empresas dissociam a divulgação de suas práticas ESG de suas práticas *de facto*?). A despeito das dificuldades já elencadas anteriormente, o desenvolvimento de pesquisas que versem sobre tal problemática faz-se necessário para avançar o conhecimento sobre as práticas ESG e suas diferentes dimensões. Não obstante, estudos relacionados a questões do tipo ‘COMO’ vêm indicando caminhos para que as organizações se tornem agentes ativos no processo de construção de novos valores normativos (COMO as empresas podem influenciar positivamente no processo de criação de valor, promovendo mudanças nos valores normativos?) no ambiente institucional (Matinheikki et al., 2017). Essa linha de pesquisa desafia a hipótese da racionalidade econômica estrita dos gestores, já que atribui às organizações papel de destaque na geração de valor socioambiental, abandonando a visão estritamente oportunística atrelada usualmente a elas.

Muitas são as possibilidades a ser exploradas por pesquisadores nacionais, os quais, espera-se, deverão utilizar a TI como base para a realização de pesquisas que explorem e tragam à superfície as características que permeiam às práticas ESG, sua divulgação e a dissociação entre essa e as práticas de *facto* das organizações brasileiras. Mesmo no âmbito internacional, pouco se sabe a respeito da influência institucional sobre as práticas ESG, muito em virtude de o uso da TI como lente teórica nesse contexto ter iniciado seu desenvolvimento apenas nos meados dos anos 2000 (Kühn et al., 2018). O vazio é ainda mais eloquente tratando-se da produção acadêmica brasileira, onde pouca ou quase nenhuma atenção vem sendo dada à influência institucional sobre as práticas ESG.

Contudo, não se advoga aqui pela reprodução irracional dessas abordagens no contexto nacional, outrossim, espera-se que a discussão proposta leve à reflexão a respeito das possibilidades de pesquisa que se apresentam aos pesquisadores brasileiros, os quais deverão primordialmente considerar a realidade social em que se inserem e mais especificamente as especificidades do contexto institucional em que seus objetos de análise se enquadram.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do crescente interesse social a respeito da promoção da sustentabilidade ambiental e da igualdade social, estudos na área das ciências sociais aplicadas têm se debruçado sobre diversos aspectos que consubstanciam a difusão e implementação prática desses valores. Destarte, há algumas décadas acadêmicos vêm estudando questões relacionadas a responsabilidade corporativa social com amplo foco na divulgação e promoção de valores sociais alinhados à preservação do meio ambiente, igualdade de direitos e justiça social. Já nos idos dos anos 2000, como resultado das crescentes demandas por ajustes nos modelos de negócios vigentes e na própria lógica do capitalismo de mercado, surge o conceito de ESG que visa estabelecer como pilares da responsabilidade corporativa ações e práticas empresariais que alinhem valores ambientais, sociais e de governança (Conca et al., 2021).

Como resultado da popularização do conceito ESG, diversas empresas e fundos de investimento passaram a se apresentar como opções de investimento para investidores com consciência social, ou simplificada como “investimentos ESG”. O aumento do interesse

de investidores nesse tipo de investimento estimulou não só o aumento de sua oferta como também o interesse acadêmico em avaliar os efeitos financeiros do ESG. Por um lado, busca-se avaliar se investimentos ESG são rentáveis para os investidores, enquanto por outro lado pretende-se capturar os efeitos que as práticas ESG ou mais especificamente, a divulgação dessas práticas produz sobre as finanças das organizações. É com base nesse interesse que surge o que nesse ensaio denominou-se pesquisa *mainstream* sobre as práticas organizacionais ESG.

Conquanto a relevância da pesquisa *mainstream* não seja objeto de questionamento, o presente ensaio sustenta que diferentes abordagens ontológicas e epistêmicas devem ser utilizadas como forma de abordar diversos questionamentos e expandir o saber nesse campo de pesquisa. Mais especificamente, defende-se aqui a utilização da chamada Teoria Institucional como lente teórica sob a qual diversos aspectos nebulosos que permeiam o processo de adoção e divulgação das práticas ESG poderão ser acessados e debatidos. Assim, o objetivo desse estudo foi apontar possibilidades ontológicas e epistemológicas oferecidas pela Teoria Institucional, bem como indicar, com base na literatura, possíveis caminhos para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as práticas ESG nas organizações brasileiras.

Ao longo desse trabalho ressaltou-se o caráter multiparadigmático da TI, oriundo de sua abertura a diferentes posicionamentos ontológicos e distintos questionamentos epistêmicos, fatores que ampliam as oportunidades de conhecimento, possibilitando o avançar do saber por meio de pesquisas que fujam ao lugar comum atualmente representado pelas pesquisas *mainstream*. Essas oportunidades são explicitadas pelos tipos de questionamento trazidos pela TI, a qual, além de proporcionar respostas complementares aos questionamentos do tipo “SE/ENTÃO”, típico das pesquisas *mainstream* no âmbito das práticas ESG, agrega questões do tipo ‘QUAL?’ ‘COMO?’ e ‘POR QUÊ?’.

Esses questionamentos refletem os interesses, também ditos fundamentos, básicos da própria Teoria Institucional, a saber: a busca por legitimidade, o isomorfismo institucional e a dissociação entre imagem e prática. Com base nesses interesses, pesquisadores das práticas organizacionais podem investigar como símbolos e valores relacionados a ESG conferem legitimidade às empresas. Também podem buscar compreender como por meio de pressões coercivas, miméticas ou normativas as organizações reproduzem as experiências de seus pares, levando ao isomorfismo institucional e consequente homogeneização das práticas ESG. Por fim, poderão investigar como a interação de pressões heterogêneas culminam na dissociação entre a divulgação das práticas ESG e as práticas *de facto* das organizações.

Por meio da ilustração de trabalhos internacionais que recorreram à TI como lente teórica base para suas análises, tornou-se possível constatar como, por meio de sua utilização, decorrem naturalmente os tipos de questionamentos apresentados ao longo da seção 2.2 e sumarizados pela tabela 1. Questões do tipo ‘QUAL?’, ‘COMO?’ e ‘POR QUÊ?’ oferecem possibilidades de estudo diversas, as quais, recentemente, vêm sendo exploradas por diversos pesquisadores.

Não obstante, conforme debatido na seção 3, mesmo no âmbito internacional, ainda há muito a ser explorado no que se refere à utilização da TI para estudo das práticas ESG, com destaque para necessidade premente de se avançar o entendimento sobre os mecanismos que sustentam a dissociação entre discurso e prática. Assim, a discussão a respeito desses trabalhos reforçou a aplicabilidade empírica da TI no âmbito das práticas ESG, conforme defendido nesse ensaio, apontando possíveis caminhos para pesquisadores que desejem se engajar nesse campo.

Ressalta-se que, enquanto no âmbito internacional, a conjunção entre Teoria Institucional e análise de práticas ESG é relativamente recente, no Brasil, a adoção de tal perspectiva é praticamente nula. Assim, argumenta-se a favor do uso consciente e

contextualizado da teoria, de modo que sejam reconhecidas e exploradas as peculiaridades nacionais em detrimento da mera reprodução de abordagens internacionais.

Espera-se ainda que os argumentos apresentados no decorrer do texto não sejam encarados pelo leitor em sentido estrito, o que ensejaria uma espécie de dualidade mutuamente exclusiva entre a adoção da TI como lente teórica e o desenvolvimento de pesquisas *mainstream*. Ao contrário, buscou-se apresentar argumentos sob perspectiva ampla, ou seja, fundamentando-os em razões e evidências (Weston, 1996) a respeito dos potenciais benefícios atrelados ao uso da teoria, inclusive no âmbito de pesquisas *mainstream* ou funcionalistas, permitindo que o leitor possa formar então sua própria opinião.

Reconhece-se que a visão positiva concernente à ampla abrangência da Teoria Institucional e às múltiplas oportunidades que derivam dessa característica aqui apresentada por vezes deparou-se com ecos dissonantes. Por exemplo, defendendo o que chamaram de institucionalização da Teoria Institucional, Tolbert e Zucker (2012) criticaram a ausência de consenso quanto a definição dos conceitos principais e a padronização de metodologias no âmbito da TI. Para os autores, tal necessidade advém da pouca atenção dada à conceituação e especificação do processo de institucionalização em si. Entretanto, defende-se que conquanto o aprofundamento a respeito das dinâmicas que permeiam o processo de institucionalização consiste em movimento benéfico para a própria teoria, não é por meio da imposição de amarras metodológicas que o real potencial dessa teoria poderá ser explorado.

Finalmente, sublinha-se que este ensaio não representa mais do que um esboço tentativo de organização das múltiplas possibilidades de pesquisa que a utilização da Teoria Institucional oferece no âmbito das práticas organizacionais ESG. Além disso frisa-se que, em certa medida, os debates aqui pautados se basearam nos conceitos mais básicos da TI, ato justificado pela presença de uma literatura nacional ainda incipiente que verse sobre práticas ESG no domínio dessa teoria. Espera-se, entretanto, que com a evolução desse cenário, novos interesses, como, por exemplo, a análise da influência das emoções sobre a manutenção ou ruptura da estabilidade institucional (Greenwood et al., 2017) sejam incorporados gradativamente às pesquisas desenvolvidas na área.

REFERÊNCIAS

- Abhayawansa, S., & Tyagi, S. (2021). Sustainable Investing: The Black Box of Environmental, Social, and Governance (ESG) Ratings. *The Journal of Wealth Management*, 24(1), 49–54. <https://doi.org/10.3905/jwm.2021.1.130>
- Beber, A. J., & Rangel, R. R. (2020). Stakeholder Capitalism : Um Ensaio Sobre O Novo Capitalismo Pragmático E Social. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, 5(1), 1–18.
- Boxenbaum, E., & Jonsson, S. (2008). Isomorphism, Diffusion and Decoupling. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 78–98). SAGE Publications Ltd.
- Boxenbaum, E., & Jonsson, S. (2017). Isomorphism, Diffusion and Decoupling: Concept Evolution and Theoretical Challenges. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 77–97). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446280669.n4>
- Chantziaras, A., Dedoulis, E., Grougiou, V., & Leventis, S. (2020). The impact of religiosity and corruption on CSR reporting: The case of U.S. banks. *Journal of Business Research*, 109(December 2019), 362–374. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.12.025>
- Cho, Y., Kim, S., You, J., Moon, H., & Sung, H. (2020). Application of ESG measures for

- gender diversity and equality at the organizational level in a Korean context. *European Journal of Training and Development*. <https://doi.org/10.1108/EJTD-05-2020-0090>
- Conca, L., Manta, F., Morrone, D., & Toma, P. (2021). The impact of direct environmental, social, and governance reporting: Empirical evidence in European-listed companies in the agri-food sector. *Business Strategy and the Environment*, 30(2), 1080–1093. <https://doi.org/10.1002/bse.2672>
- de Abreu, M. C. S. (2009). How to define an environmental policy to improve corporate sustainability in developing countries. *Business Strategy and the Environment*, 18(8), 542–556. <https://doi.org/10.1002/bse.625>
- De Abreu, M. C. S., Cunha, L. T. Da, & Barlow, C. Y. (2015). Institutional dynamics and organizations affecting the adoption of sustainable development in the United Kingdom and Brazil. *Business Ethics*, 24(1), 73–90. <https://doi.org/10.1111/beer.12074>
- Deephouse, D. L., Bundy, J., Tost, L. P., & Suchman, M. C. (2017). Organizational Legitimacy: Six Key Questions. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 27–52). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446280669.n2>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- Du, S., Bhattacharya, C. B., & Sen, S. (2010). Maximizing business returns to corporate social responsibility (CSR): The role of CSR communication. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 8–19. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00276.x>
- Eccles, R. G., Lee, L. E., & Strohle, J. C. (2020). The Social Origins of ESG: An Analysis of Innovest and KLD. *Organization and Environment*, 33(4), 575–596. <https://doi.org/10.1177/1086026619888994>
- Fernandes, J. L. B., & Linhares, H. da Cc. (2018). Análise do desempenho financeiro de investimentos esg nos países emergentes e desenvolvidos. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3091209>
- Greenwood, R., Oliver, C., Lawrence, T., & Meyer, R. (2017). Introduction: Into the Fourth Decade. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (2nd ed., pp. 1–23). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446280669.n1>
- Greenwood, R., Oliver, C., Sahlin, K., & Suddaby, R. (2008). Introduction. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 1–46). SAGE Publications Ltd.
- Hazel, S., & Brittany, M. (2020). Greenwashing in the Information Industry. *The IJournal: Graduate Student Journal of the Faculty of Information*, 5(2). <https://doi.org/10.33137/ijournal.v5i2.34413>
- Iannotta, M., Gatti, M., & Huse, M. (2016). Institutional Complementarities and Gender Diversity on Boards: A Configurational Approach. *Corporate Governance: An International Review*, 24(4), 406–427. <https://doi.org/10.1111/corg.12140>
- Jauernig, J., & Valentinov, V. (2019). CSR as hypocrisy avoidance: a conceptual framework. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 2–25. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2018-0141>
- Jennings, P. D., & Hoffman, A. J. (2017). Institutional Theory and the Natural Environment: Building Research through Tensions and Paradoxes. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 759–782). SAGE Publications Ltd.

<https://doi.org/10.4135/9781446280669.n30>

- Kang, M., Viswanathan, K. G., White, N. A., & Zychowicz, E. J. (2021). Sustainability efforts, index recognition, and stock performance. *Journal of Asset Management*, 22(2), 120–132. <https://doi.org/10.1057/s41260-020-00202-0>
- King, B. G., & Soule, S. A. (2007). Social movements as extra-institutional entrepreneurs: The effect of protests on stock price returns. *Administrative Science Quarterly*, 52(3), 413–442. <https://doi.org/10.2189/asqu.52.3.413>
- Kühn, A. L., Stiglbauer, M., & Fifka, M. S. (2018). Contents and Determinants of Corporate Social Responsibility Website Reporting in Sub-Saharan Africa: A Seven-Country Study. *Business and Society*, 57(3), 437–480. <https://doi.org/10.1177/0007650315614234>
- Lacey, H. (2008). *Valores e Atividade Científica 1*. Editora 34.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do Saber: Manual de metodologia em ciências humanas*. Editora UFMG.
- Lin, Y., Fu, X., & Fu, X. (2021). Varieties in state capitalism and corporate innovation: Evidence from an emerging economy. *Journal of Corporate Finance*, 67(March 2020), 101919. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.101919>
- Lopes, A., de Luca, M., Góis, A., & de Vasconcelos, A. (2017). Disclosure Socioambiental, Reputação Corporativa e Criação De Valor Nas Empresas Listadas Na BM&F Bovespa Socioenvironmental. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL*, 9(1), 364–382.
- López-Toro, A., Sánchez-Teba, E. M., Benítez-Márquez, M. D., & Rodríguez-Fernández, M. (2021). Influence of ESGC indicators on financial performance of listed pharmaceutical companies alberto. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(9). <https://doi.org/10.3390/ijerph18094556>
- Maignan, I. (2001). Consumers' Perceptions of Corporate Social Responsibilities: A Cross-Cultural Comparison. *Journal of Business Ethics*, 30(2), 57–72.
- Marsat, S., & Williams, B. (2014). Does the Market Value Social Pillar? *SSRN Electronic Journal*, January, 1–21. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2419387>
- Martins, A., Gomes, D., & Branco, M. C. (2021). Managing corporate social and environmental disclosure: An accountability vs impression management framework. *Sustainability (Switzerland)*, 13(1), 1–16. <https://doi.org/10.3390/su13010296>
- Matinheikki, J., Rajala, R., & Peltokorpi, A. (2017). From the profit of one toward benefitting many – Crafting a vision of shared value creation. *Journal of Cleaner Production*, 162, S83–S93. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.09.081>
- Meyer, J. W. (2017). Reflections on Institutional Theories of Organizations. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 831–852). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446280669.n33>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Miralles-Quirós, M. M., Miralles-Quirós, J. L., & Gonçalves, L. M. V. (2018). The value relevance of environmental, social, and governance performance: The Brazilian case. *Sustainability (Switzerland)*, 10(3). <https://doi.org/10.3390/su10030574>
- Murugesan, S. (2010). Making IT green. *IT Professional*, 12(2), 4–5.

<https://doi.org/10.1109/MITP.2010.60>

- Palmer, D. A., Jennings, P. D., & Zhou, X. (1993). Late Adoption of the Multidivisional Form by Large U.S. Corporations: Institutional, Political, and Economic Accounts. *Administrative Science Quarterly*, 38(1), 100. <https://doi.org/10.2307/2393256>
- Peci, A. (2006). A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, 4(1).
- Pollock, T. G., & Rindova, V. P. (2003). Media Legitimation Effects in the Market for Initial Public Offerings. *Academy of Management Journal*, 46(5), 631–642. <https://doi.org/10.5465/30040654>
- Scott, W. R. (1987). The Adolescence of Institutional Theory. *Administrative Science Quarterly*, 32(4), 493. <https://doi.org/10.2307/2392880>
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080331>
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1983). Institutional Sources of Change in the Formal Structure of Organizations: The Diffusion of Civil Service Reform, 1880-1935. *Administrative Science Quarterly*, 28(1), 22. <https://doi.org/10.2307/2392383>
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (2012). The Institutionalization of Institutional Theory. In *Studying Organization: Theory & Method* (pp. 169–184). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446218556.n6>
- Weston, A. (1996). *A Arte de Argumentar* (1ª). Gradiva Publicações.
- Wooten, M., & Hoffman, A. J. (2017). Organizational Fields: Past, Present and Future. In *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 55–72). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446280669.n3>
- Zucker, L. (1983). Organizations as institutions. *Research in the Sociology of Organizations*, 2(1), 1–47. <https://doi.org/10.2307/2075478>
- Zucker, L. G. (1977). The Role of Institutionalization in Cultural Persistence. *American Sociological Review*, 42(5), 726. <https://doi.org/10.2307/2094862>